



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



13 de maio de 2008

Vol. 3 No. 9

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Rodada Doha: há cada vez menos esperança para uma mini-ministerial em maio	1
Crise alimentar: ONU promove força-tarefa	2
NOTÍCIAS REGIONAIS	3
Revisão de Itaipu dita o tom das relações Brasil-Paraguai	3
Fórum de CEOs Brasil-EUA retoma negociações para a cooperação comercial	5
BREVES MULTILATERAIS	6
“Soja responsável” levanta controvérsias	6
Tesco lança estratégia para pegadas de carbono	7
BREVE REGIONAL	8
IX Sessão do Parlasul analisa avanços	8
EVENTOS	9
INFORMAÇÕES ÚTEIS	11

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Rodada Doha: há cada vez menos esperança para uma mini-ministerial em maio

O Diretor Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, afirmou na semana passada que os Membros da OMC têm apenas algumas semanas – e não alguns meses – para finalizarem os acordos sobre modalidades para agricultura e acesso a mercado de bens não agrícolas (NAMA, sigla em inglês) se quiseram concluir a Rodada Doha ainda este ano. Lamy acredita que, apesar de não restar muito tempo aos negociadores, um acordo ainda é possível e ressaltou que a atual crise dos preços dos alimentos intensifica a necessidade de conclusão da Rodada o mais rápido possível.

As esperanças para uma reunião mini-ministerial que conclua os acordos sobre modalidades – fórmulas e números para cortes tarifários e subsídios, assim como os termos para exceções a esses últimos – ao final do mês de maio estão diminuindo. O lento progresso nas negociações agrícolas atrasou a divulgação de um texto crucial para as negociações. Esse texto, juntamente com outro que versa sobre NAMA, deverá tornar-se a base para um processo de negociações “horizontal” entre oficiais seniores, primeiramente, e em um segundo momento entre ministros.

O Diretor Geral da OMC acredita que o presidente das negociações de regras divulgará um documento que não prejudicará as posições dos Membros em assuntos controversos como, por exemplo, regras *antidumping* e subsídios para pesca. Lamy insistiu no fato de que os Membros ainda correm o risco de enfrentar grande conflito durante as negociações sobre a extensão das proteções adicionais de propriedade intelectual, em especial no que tange às indicações geográficas e o conhecimento tradicional.

Aumento nos preços dos alimentos

Fontes afirmam que diversos países mencionaram –

durante a reunião do Conselho Geral na semana passada – a instabilidade do mercado financeiro global e o recorde dos altos preços dos alimentos como sendo as razões pelas quais a conclusão da Rodada é extremamente urgente.

A delegação de Taiwan pediu pressa aos países que procuram acordo em três áreas cruciais das negociações agrícolas – produtos sensíveis, produtos tropicais e erosão de preferências – para que esse trabalho possa ser incorporado ao próximo esboço de texto agrícola.

O Brasil, um dos países no centro das negociações sobre produtos sensíveis, afirmou que as negociações agrícolas caminham na direção correta, mas que os países industrializados precisam ser mais flexíveis em relação ao comércio de bens manufaturados.

A União Européia (UE) ressaltou a necessidade de conclusão da Rodada até o final de 2008. Peter Mandelson, Comissário para o Comércio da UE, pediu que um texto sobre modalidades para agricultura e NAMA circule em meados de maio. Mandelson afirmou que a urgência em acelerar as negociações deve-se à necessidade de conclusão da Rodada Doha a tempo do Presidente estadunidense, George W. Bush, assinar o acordo antes de deixar a presidência do país, em janeiro de 2009.

Ao abordar a questão da crise dos alimentos, Pascal Lamy afirmou que apesar da OMC não poder prover nenhuma ajuda imediata para resolver a atual crise, ela pode – por meio das negociações da Rodada Doha – fornecer soluções de médio e longo prazo. Lamy explicou que um acordo poderia ajudar a amenizar o impacto dos altos preços ao abordar as distorções sistemáticas no mercado internacional de alimentos. As barreiras tarifárias e os subsídios que distorcem o comércio – em particular nos PDs – têm aumentado a produção de alimentos e o investimento em agricultura em diversos países em desenvolvimento (PEDs). Tais barreiras e subsídios deverão ser reduzidos no contexto de qualquer acordo da Rodada Doha.

No que diz respeito à data para um reunião ministerial, oficiais de comércio afirmavam, até pouco tempo atrás, que se não houver um encontro em maio, é pouco provável que uma reunião ocorra ao final de junho ou até mesmo julho, em especial devido a reuniões do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como ao campeonato europeu de futebol, que ocorre de 7 a 29 de junho na Suíça e na Áustria.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, Vol. 12 No. 16, 7 maio de 2008.

Crise alimentar: ONU promove força-tarefa

Na tentativa de oferecer uma resposta política à alta mundial no preço dos alimentos, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, reuniu 27 agências internacionais, entre elas órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial.

A recente alta no preço de diversos alimentos básicos tem gerado preocupações, especialmente em países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Entre os fatores que influem nesse processo, encontram-se más colheitas, políticas de incentivo de utilização de cultivos alimentícios para a produção de biocombustíveis e especulação no mercado.

O encontro organizado por Ban Ki-moon, ocorrido em 29 de abril, visou à formação de uma força-tarefa que acordou em incrementar a ajuda humanitária alimentar e promover uma solução de longo prazo para os problemas de fornecimento mundial de alimentos. Ki-moon pediu que os países cumprissem o apelo do Programa Mundial de Alimentos por um montante no valor de US\$ 756 milhões. Além disso, a Organização para Alimentos e Agricultura (FAO, sigla em inglês) planeja criar um fundo de US\$ 1,7 bilhão, com o objetivo de financiar medidas de emergência e o envio de sementes aos países mais necessitados.

Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, assumiu o compromisso de dobrar o número de empréstimos direcionados à África em 2009 e declarou que irá considerar a possibilidade de tornar os mecanismos para concessão de empréstimos mais flexíveis.

O Secretário-Geral da OMC, Pascal Lamy, afirmou que os Membros da OMC devem esforçar-se para concluir a Rodada Doha, a fim de minimizar os efeitos da crise. Lamy acredita que o pedido por ação do Secretário-Geral da ONU auxilie os Membros da OMC a reunir a energia política necessária para impulsionar a capacidade de produção de países em desenvolvimento (PEDs).

Ao tratar de medidas políticas de longo prazo, Ban Ki-moon destacou a necessidade de lançar um olhar crítico sobre a produção de biocombustíveis. Afirmou, ainda, que é preciso desenvolver pesquisas sobre matérias-primas para a produção de biocombustíveis alternativas a cultivos de alimentos, além de repensar as políticas de subsídios à produção dessa fonte de energia.

Biocombustíveis: parte do problema

Grupos da sociedade civil e cientistas também demandam ações em relação a biocombustíveis à base de grãos e oleaginosas. Eles argumentam que essa produção envolve barreiras tarifárias e subsídios nos países ricos e promovem a fome por aumentar o custo de produtos básicos

Após a reunião de coordenação da ONU, a *Oxfam International* lembrou os participantes de que medidas distorcivas ao sistema mundial de comércio de bens agrícolas precisam ser revistas, incluídas as mais recentes, relativas à produção de biocombustíveis. Para Celine Charveriat, representante da Oxfam, os países desenvolvidos devem reduzir seus subsídios aos biocombustíveis.

Critério de sustentabilidade não basta

Um painel de recomendações da Agência Européia do Meio-ambiente afirmou que a União Européia (UE) deve suspender suas ambiciosas metas de produção de biocombustíveis, pois, uma vez em fase experimental, a tarefa de prever e controlar seus efeitos torna-se ainda mais difícil. Mesmo enfatizando que nem todos os biocombustíveis possuem efeitos negativos e que não são os únicos responsáveis pela alta no preço dos alimentos, Laszlo Somlyódy, presidente do painel, esclareceu que a intenção é introduzir cautela no tratamento da questão, para que seja melhor avaliada.

Os Membros da UE acordaram que os biocombustíveis respondam por 10% da fonte energética no setor de transportes até 2020. Recentemente, o Primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, propôs que a meta estabelecida fosse repensada e defendeu que é preciso avaliar com maior cuidado o impacto da produção de biocombustíveis no preço dos alimentos e para o meio-ambiente. A Comissão Européia rejeitou a proposta.

Ainda que a UE tenha desenvolvido uma política de definição de critérios de sustentabilidade em relação aos biocombustíveis, grupos ambientalistas – entre eles *Greenpeace* e *Friends of the Earth* – questionam a efetividade de tais regras. Uma coalizão de grupos da sociedade civil enviou uma carta aos oficiais europeus no início de abril (disponível em: <http://www.foeeurope.org/agrofuels/documents/Letter_to_ambassadors_02Apr08.pdf>), na qual sugerem que propostas pouco enfáticas sejam rejeitadas e que seja dedicado mais tempo à reflexão de evidências científicas sobre o impacto dos biocombustíveis, a fim de minimizar a atual crise climática e ambiental e possíveis efeitos nocivos à humanidade.

Nos Estados Unidos da América – país que atualmente transforma de 20 a 25% do milho produzido em etanol – alguns estados começaram a repensar suas políticas de biocombustíveis. Em Missouri, o comitê estatal de transportes considera a possibilidade de reverter as políticas atuais. O Governador Rick Perry pediu a suspensão total da meta de produção de 9 bilhões de galões de etanol em 2008, definida pelo governo federal. A medida prevê, ainda, o aumento dessa meta para 36 bilhões de galões até 2022.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade*, Vol. 12, No. 15, 31 abr. 2008.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Revisão de Itaipu dita o tom das relações Brasil-Paraguai

O Paraguai vivenciou, ao final do mês passado, um dos momentos mais marcantes de sua história recente: Fernando Lugo foi eleito Presidente da República, pondo fim à hegemonia de 61 anos do Partido Colorado à frente do poder. A eleição desse ex-bispo católico de esquerda foi interpretada como uma manifestação popular em prol de reformas sociais, contra a corrupção da classe política, além de traduzir o mal-estar generalizado em relação ao que se denomina, no Paraguai, “imperialismo brasileiro” – tema que ocupou lugar central nos debates da campanha.

Assim como Lugo, os demais candidatos também condenavam os baixos valores pagos pelo Brasil ao Paraguai pela energia de Itaipu. Contudo, nem todos foram tão longe quanto o Presidente eleito, que defendeu o aumento dos repasses por meio da revisão do Tratado de Itaipu. A ousadia, entretanto, teve um preço: Lugo colocou-se na desconfortável posição de depender da boa vontade do Brasil para resolver a questão.

O Tratado de Itaipu é um tratado internacional em forma plena, cujo cumprimento é tutelado pelo Direito Internacional. Ausente a concordância do Brasil, sua revisão não poderá ocorrer antes do prazo estipulado de 50 anos. Descarta-se, assim, a possibilidade de sua denúncia unilateral pelo Paraguai, em virtude de limitações de cunho político – 80% de sua energia provém de Itaipu.

Existe, contudo, a possibilidade em abstrato de denúncia, desde que justificada por uma mudança fundamental das circunstâncias existentes no momento da conclusão do acordo (*rebus sic stantibus*). Tal

argumento poderia ser fundado, por exemplo, na mudança dos regimes políticos ou no aumento dos preços mundiais de energia. Quanto às jurisdições internacionais, não é possível acioná-las sem o consentimento do Brasil. Tal afirmação vale tanto para arbitragens internacionais, quanto para o procedimento perante a Corte Internacional de Justiça (o Brasil não aceitou a cláusula optativa de jurisdição obrigatória). Ao que tudo indica, a resolução dessa questão será alcançada pelos “meios diplomáticos usuais”, conforme requer o texto do tratado.

A julgar pela retórica empregada até o momento, as discussões não serão fáceis. Os dois lados estão firmemente apegados a suas posições respectivas: “Não vamos abrir mão da renegociação”, afirmou Federico Franco, vice-presidente eleito do Paraguai. “A partir de agora o Paraguai vai falar como proprietário e não como súdito”. Embora não ofereça resistência a iniciar negociações, o Brasil não foi menos firme ao rejeitar quaisquer alterações no texto do tratado: “Temos um tratado e ele vai se manter”, defendeu o Presidente Lula.

O Tratado de Itaipu estabelece um mecanismo segundo o qual cada um dos países tem direito à metade da energia produzida pela usina, sendo que a totalidade da energia deve ser adquirida pelos dois signatários. Caso uma das partes não utilize integralmente sua cota, deve vender o excedente à outra parte a preço de custo. Uma vez que o Paraguai apenas consome 5% do que tem direito, vende o restante da energia produzida para o Brasil, por uma tarifa de US\$ 45,31 por megawatt-hora. Deste valor são descontados US\$ 42,50 para o pagamento dos empréstimos contratados para a construção da usina, não restando em mãos paraguaias mais do que US\$ 2,81 por megawatt-hora. A previsão é que tais descontos estendam-se até 2023, quando a totalidade da dívida será quitada.

O lado paraguaio argumenta que os juros dos empréstimos são altos demais e aumenta a dívida para muito além dos valores inicialmente contratados. O país sustenta, ainda, que os pequenos valores repassados ao Paraguai seriam fruto de tarifas muito baixas, incompatíveis com os valores de mercado. A título de exemplo, os valores pagos por Uruguai e Argentina ao comprar energia brasileira durante o inverno passado girou em torno de US\$100 por megawatt-hora. Outra crítica recai sobre a impossibilidade do Paraguai vender energia aos países vizinhos, pois o tratado determina a compra do total da energia produzida pelos signatários. No plano político, por fim, há a crítica de que o tratado foi assinado num período em que tanto o Paraguai como o Brasil eram governados por regimes autoritários (conduzidos, pelos

Generais Stroessner e Médici, respectivamente), o que constituiria uma espécie de vício de origem.

As autoridades brasileiras rejeitaram, em diversas ocasiões, os argumentos avançados pelo Paraguai. Quanto ao financiamento, afirmam que o Paraguai não teria contraído dívidas tão vultosas quanto as brasileiras – teriam os paraguaios tomado emprestados US\$ 50 milhões, diante dos US\$ 12 bilhões emprestados pelo Brasil para a construção da usina. O empréstimo feito pelo Paraguai (perante o Banco do Brasil) é regido por juros de 6% ao ano, compatíveis com os de mercado. Para os brasileiros, os descontos nos valores das tarifas representariam a contraprestação natural pelo menor nível de comprometimento financeiro ao início da obra, estando assim justificados. No que diz respeito ao valor das tarifas – assunto sensível, devido à pressão inflacionária exercida por aumentos –, as autoridades brasileiras afirmam sua compatibilidade com os valores de mercado e citam também exemplos: a energia da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, teria um custo de US\$ 47 por megawatt-hora.

Criticado por setores “soberanistas”, que exigem uma proteção mais enérgica dos interesses econômicos brasileiros, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, responde que os interesses nacionais devem ser vistos de forma mais ampla e sob uma perspectiva de longo prazo. Amorim entende que a criação de conflitos internos nos países vizinhos é nociva ao Brasil, além de gerar empecilhos aos projetos de integração regional, globalmente benéficos ao país. Mesmo rejeitando a alteração da essência do estipulado no Tratado de Itaipu, Amorim sustenta que várias alternativas existem e podem ser estudadas para ajudar o Paraguai.

Algumas dessas possíveis alternativas foram propostas por Amorim ao Vice-Presidente eleito, Federico Franco, durante sua recente visita a Brasília. Trata-se de um pacote de investimentos que poderia adotar três vertentes: (i) financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a projetos de infra-estrutura e energia; (ii) investimentos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em cooperação agrícola; e (iii) auxílio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) às empresas instaladas no Paraguai. Dentre os projetos que possivelmente receberiam financiamentos do BNDES destacam-se a construção de um gasoduto entre o Chaco paraguaio e o Brasil, de fábricas processadoras de soja, de rodovias e de um novo corredor de escoamento via Oceano Pacífico.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

ABC Color, *No somos imperialistas, pero no renegociaremos el tratado* (04/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=451338>. Acesso em: 12 mai. 2008.

Desafio Diplomático. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/?q=node/356>>. Acesso em: 12 mai. 2008.

Folha de São Paulo, *Brasil faz oferta de "Plano Marshall" para o Paraguai* (05/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=451506>. Acesso em: 12 mai. 2008.

Jornal do Brasil, *O homem de Deus agora é do povo* (16/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=444871>. Acesso em: 12 mai. 2008.

O Estado de São Paulo, *A ameaça a Itaipu* (03/03/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=427907>. Acesso em: 12 mai. 2008.

O Estado de São Paulo, *As eleições no Paraguai* (23/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=447477>. Acesso em: 12 mai. 2008.

O Estado de São Paulo, *O Brasil admite negociar tarifa de Itaipu* (22/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=446991>. Acesso em: 12 mai. 2008.

O Estado de São Paulo, *Sinuca paraguaia* (07/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=452144>. Acesso em: 12 mai. 2008.

Valor Econômico, *Os desafios de Lugo para governar o Paraguai* (24/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=448236>. Acesso em: 12 mai. 2008.

Fórum de CEOs Brasil-EUA retoma negociações para a cooperação comercial

A segunda rodada do Fórum de Chefes-Executivos entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) reuniu

líderes dos dois governos e vinte presidentes de empresas brasileiras e estadunidenses. O encontro, ocorrido em 28 de abril, teve como anfitrião o Presidente George Bush, que recebeu os executivos em Washington.

O governo brasileiro foi representado pela Ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge. Por parte do setor privado, compareceram os representantes de Gerdau, Vale do Rio Doce, Grupo Camargo Corrêa e Embraer, bem como as estadunidenses Intel, General Motors, Coca-cola e Citibank.

O Fórum foi criado em 2007, quando os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George Bush reuniram-se em Camp David, EUA. Seu escopo é promover o debate e apresentar sugestões aos governos e ao setor privado para a cooperação econômica e comercial entre os dois países.

A iniciativa partiu do Embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel, e teve como motivação sua experiência no setor privado, bem como o fórum análogo firmado anteriormente entre EUA e Índia. O primeiro encontro entre brasileiros e estadunidenses ocorreu em Brasília, em outubro de 2007, e foi organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Desde então, ficou definido que os encontros seriam retomados periodicamente, a fim de dar continuidade aos esforços de cooperação.

Segunda rodada discute tributos e vistos

Essa rodada foi promovida com o objetivo de gerar uma lista de recomendações a serem adotadas pelos dois governos para intensificar as relações entre os países. Foram propostos, entre outros, um acordo tributário bilateral e a simplificação da emissão de vistos de entrada em ambos os países, bem como sua extensão de cinco para dez anos.

O Fórum abordou, ainda: (i) promoção do comércio, da indústria e do investimento; (ii) melhoria da competitividade por meio da inovação e do empreendedorismo; (iii) compartilhamento de soluções para a educação e qualificação da mão-de-obra; (iv) intercâmbio tecnológico em áreas-chave; e (v) criação de um ambiente favorável ao movimento rápido e seguro de bens.

A Câmara de Comércio Americana (AMCHAM, sigla em inglês) propôs a manutenção do Sistema Geral de Preferências (SGP). Eduardo Fonseca, gerente de Relações Governamentais da instituição, ressaltou que a proposta constitui um importante passo rumo à conquista da renovação do Sistema. Segundo ele, isso

é especialmente relevante no contexto complicado da proximidade das eleições nos EUA e da discussão do acordo de livre comércio com a Colômbia.

As eleições estadunidenses representam um obstáculo extra à negociação de bitributação, razão pela qual a iniciativa privada acredita que as medidas sugeridas não serão implementadas em curto prazo. Ainda que o governo dos EUA aceite as concessões requisitadas, elas precisariam ser endossadas por seu sucessor, além de receber aprovação interna nos dois países.

Na análise de José Gomes, coordenador do grupo brasileiro de executivos, as negociações permitiram algum progresso, mas ainda não avançaram na velocidade esperada, o que deixou os executivos frustrados. Os dois governos comprometeram-se a apresentar uma minuta de acordo em outubro.

Na abertura do encontro, George Bush declarou compartilhar ideais com os executivos brasileiros: “Uma das coisas que dividirei com os CEOs brasileiros é o forte apoio ao sucesso da Rodada Doha, e nosso governo trabalhará conjuntamente com o Brasil para alcançar esse objetivo”. O presidente estadunidense também prometeu apoiar um tratado bilateral de tributação e de investimento.

Bush ressaltou a importância estratégica do Brasil no cenário mundial e a necessidade de cooperação entre os governos e os setores privados dos dois países. O interesse brasileiro na colaboração cresce na medida em que o comércio e os investimentos bilaterais são intensificados. As exportações brasileiras ao parceiro comercial estadunidense - via SGP - somaram US\$ 450 milhões nos meses de janeiro e fevereiro, conforme dados recentes da Comissão Comercial Internacional dos EUA. Além disso, o total de investimentos do Brasil nos EUA é de US\$ 6,3 bilhões, ao passo que o movimento inverso deve alcançar os US\$ 20,7 bilhões até 2012.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. *Miguel Jorge e Dilma Rousseff participam do Fórum de CEOs nos EUA.* (28/04/2008). Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/noticia_detalhe.aspx?idnot=1807>. Acesso em: 05 mai. 2008.

Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil. *President Bush Meets with U.S.-Brazil CEO Fórum.* Disponível em: <<http://www.embaixada-americana.org.br/?action=materia&id=6738&itemmenu=>>>. Acesso em: 06 mai. 2008.

Câmara Americana de Comércio. *Proposta da Amcham de defesa do SGP entra na pauta do CEO Forum Brasil-EUA.* (05/05/2008). Disponível em: <http://www.amcham.com.br/update/2008/update2008-04-28a_dtml>. Acesso em: 06 mai. 2008.

BBC Brasil. *EUA trabalharão com Brasil por êxito de Doha e de acordo fiscal, diz Bush.* (29/04/2008). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/04/080429_bitributacao_bg_ac.shtml>. Acesso em: 06 mai. 2008.

O Estado de São Paulo. *O Fórum Brasil-EUA/Editorial.* (05/05/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=451505>. Acesso em: 05 mai. 2008.

Folha de São Paulo. *Bush recebe empresários do Brasil e dos EUA para incentivar negócios.* (28/04/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=449215>. Acesso em: 29 abr. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

“Soja responsável” levanta controvérsias

Os atores do mercado da soja que procuram desenvolver critérios de sustentabilidade para o setor depararam-se com uma dura resistência da parte de grupos da sociedade civil. Ambientalistas decidiram abandonar a iniciativa multi-setorial, afirmando que a expansão da produção de soja teria consequências ambientais e sociais terríveis e que a única solução seria reduzir o consumo nos países do Norte.

Cerca de 200 representantes da indústria da soja – dentre os quais fazendeiros, donos de moinhos, produtores de carne, atacadistas e instituições financeiras –, juntamente com organizações não-governamentais (ONGs) sociais e ambientais de todo o mundo, reuniram-se para a III Mesa Redonda Global sobre Soja Responsável (MRSR), ocorrida em 23 e 24 de abril em Buenos Aires, Argentina.

Sob o mote “Soja responsável: alimento, ração e combustível para o mundo do futuro”, o encontro discutiu critérios para estabelecer meios economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis de produzir, processar e

comercializar a soja. No encerramento do evento, a Junta Executiva elaborou um esboço de documento com princípios e critérios para a produção responsável do comércio de soja, que continha um mecanismo de verificação da eficácia de tais princípios e critérios. As versões finais do documento devem ser ratificadas em maio de 2009.

Antes da reunião, alguns grupos da sociedade civil convocaram os participantes da MRSR a retirarem-se do evento, mas organizações como a WWF encorajaram todos os participantes a cooperar nas discussões. Uma semana antes do evento, a Coalizão Global pelas Florestas (CGF) – uma coalizão de ONGs e povos indígenas – havia pedido que os demais grupos da sociedade civil envolvidos no processo não comparecessem. Para Miguel Lovera, líder da CGF, o apoio das ONGs ao evento legitimaria um processo dominado por empresas multinacionais e justificaria ambientalmente a expansão da soja na América do Sul e em outras regiões, ao invés de promover padrões de consumo mais sustentáveis que eliminariam a necessidade de tal expansão.

Quais são os critérios?

Resultante da crescente demanda mundial por ração animal e impulsionada pelo aumento de consumo de carne e bioenergia, a produção de soja está em expansão. A MRSR busca a adesão de seus membros aos princípios e critérios em elaboração, de modo que a expansão na produção de soja ocorra de modo sustentável.

Os critérios e princípios estão sendo produzidos por um grupo mais restrito de participantes e estão abertos a comentários durante os períodos de consultas públicas. Eles dizem respeito a práticas empresariais responsáveis; condições de trabalho responsáveis; respeito pelo direito de propriedade rural; uso da terra em pequena escala e de modo tradicional; relações comunitárias responsáveis; sustentabilidade ambiental; utilização responsável da água e do solo; proteção da biodiversidade e das colheitas; uso responsável de produtos químicos; e estabelecimento responsável de infra-estrutura em novas áreas de cultivo.

Expansão da soja é “irresponsável”, diz a sociedade civil

Diversos grupos da sociedade civil não são favoráveis à MRSR. A ONG *Friends of the Earth* divulgou um relatório no qual afirma que a tentativa de estabelecer esquemas de certificação para redução dos problemas ambientais e sociais causados pelo crescimento da plantação para a produção de biocombustíveis está fadada ao fracasso. Lúcia Ortiz, da *Friends of the Earth* Brasil, argumentou que a expansão de enormes

monoculturas tende à destruição das florestas, da vegetação de tipo cerrado e da vida selvagem, aumenta os preços das terras e dos alimentos e impacta diretamente as comunidades rurais, forçadas a sair de suas terras para ceder espaço às plantações. Ortiz afirmou, ainda, que certificar latifúndios monocultores como sustentáveis seria uma maneira de enganar os consumidores internacionais e não proporcionaria melhorias aos métodos de produção.

Outro relatório, de autoria da *Corporate Europe Observatory* e da *Rain Forest Action Network*, afirma que o único papel da MRSR seria o de “pintar de verde” a indústria da soja, ao oferecer a possibilidade de falar de responsabilidade social corporativa sem que sejam providenciadas soluções para as verdadeiras vítimas da produção e expansão da soja.

Os desafios do rápido crescimento da soja

O setor da soja é um dos que crescem mais rápido na América do Sul. A área cultivada dobrou nos últimos dez anos nos principais países produtores – Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai (juntos, eles respondem por 60% da produção mundial). Espera-se que a tendência continue no futuro, uma vez que as previsões de produção de soja para 2020 giram em torno de 300 milhões de toneladas. A presente crise alimentar e o aumento da demanda por biocombustíveis aumentaram a atenção conferida à produção de *commodities* e seu efeito sobre o mercado.

De um lado, a produção de soja é uma grande fonte de receita, que tem gerado desenvolvimento e empregos em vários países da região. Por outro, seu cultivo extensivo e a expansão das fronteiras agrícolas geram altos custos sociais e ambientais, tais quais o desmatamento, a poluição dos cursos aquáticos e a erosão do solo. O rápido crescimento da produção de soja significa, ainda, uma ameaça para a rica biodiversidade da região.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 8, No. 8, 02 mai. 2008.

Tesco lança estratégia para pegadas de carbono

A empresa inglesa Tesco introduziu novos selos de carbono para 20 de seus produtos sob um novo esquema piloto. A estratégia pretende ir além do simples conceito de “milhagem dos alimentos” ao considerar as emissões de carbono durante todo o ciclo de produção dos produtos selecionados.

Os primeiros 20 produtos – todos da marca Tesco –

dividem-se em quatro diferentes categorias: (i) suco de laranja; (ii) batatas; (iii) detergentes de limpeza; e (iv) lâmpadas. Os novos selos indicam os gases de efeito estufa liberados durante o ciclo de vida desses produtos em termos de gramas de carbono, similares aos selos dos alimentos que indicam a quantidade de sódio ou gordura contida. Os selos foram desenvolvidos pela empresa *Carbon Trust*, estabelecida pelo governo britânico para ajudar o país a mover-se rumo a uma economia “pobre” em carbono, o Departamento britânico de Meio Ambiente e o Instituto Britânico *Standards*.

O diretor da Tesco, Terry Leahy, afirmou que ao introduzir esses novos selos, a empresa pretende dar a seus clientes a possibilidade de tomarem decisões conscientes e ambientais ao realizarem suas compras semanais.

Processo complexo

A Tesco anunciou em março de 2007 que pretendia fornecer pegadas de carbono para a totalidade de seus 70.000 produtos. O cálculo das pegadas de carbono, entretanto, é complexo e custoso e os 20 produtos escolhidos fazem parte apenas do projeto piloto. A empresa também afirmou que mais selos devem aparecer nos supermercados ao longo deste ano e ressaltou que os 20 primeiros produtos selecionados não são transportados por via aérea, já que a metodologia de cálculo para esse tipo de transporte é bastante complicada.

A iniciativa, bem recebida por alguns, foi criticada por outros, pois o conceito “gramas de carbono” ainda não é suficientemente conhecido pela maioria dos consumidores. Além disso, as informações relativas às pegadas de carbono são complicadas e perdem-se ao serem adicionadas às demais informações que o consumidor já possui. Paul Monaghan, diretor do grupo *Co-operative* (concorrente da Tesco), afirmou que as empresas estão mais bem preparadas para minimizar as pegadas de carbono – ao longo de toda a cadeia de fornecimento dos produtos – do que os próprios consumidores e que, portanto, a responsabilidade não deveria recair sobre esses últimos.

Além da milhagem dos alimentos

Inicialmente, os varejistas responderam às demandas dos consumidores ao indicar, para certos produtos, o uso de frete aéreo, pois as emissões de carbono dos aviões são particularmente altas. A maioria dos produtos é exportada via marítima, mas alimentos frescos e perecíveis precisam chegar ao consumidor final mais rapidamente e a via aérea é a única opção. A primeira tentativa de indicar o tipo de frete utilizado

prejudicou os países em desenvolvimento (PEDs), pois esses encontraram um nicho de mercado de alto valor nos países desenvolvidos (PDs) para a exportação de frutas e legumes (por via aérea) durante o inverno no hemisfério norte. Nesse caso, os selos indicavam somente parte das pegadas de carbono – a do transporte –, ignorando as demais etapas do processo. Os exportadores que atuam em países de clima quente, geralmente produzem alimentos que apresentam menos emissões de carbono se comparados a alimentos produzidos em PDs – onde a produção de frutas e legumes fora de estação é feita em estufas altamente mecanizadas que utilizam grandes quantidades de insumos e fertilizantes ricos em carbono.

As novas iniciativas para identificação das pegadas de carbono durante todo o ciclo de vida dos produtos medem as emissões desde o campo até que o produto chegue ao prato do consumidor e levam em conta os métodos agrícolas de plantio, o tipo de processamento, a energia gasta, o solo, a distribuição e todas as demais etapas intermediárias. Como esse cálculo não é somente baseado na quantidade de “milhas percorridas”, mas também na quantidade de carbono emitido durante todo o processo de produção, é menos provável que haja discriminação contra as exportações de PEDs – como ocorre no esquema de contagem de milhas.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes* Vol. 8, No. 8, 02 mai. 2008.

BREVE REGIONAL

IX Sessão do Parlasul analisa avanços

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) reuniu-se nos dias 28 e 29 de abril, em Montevideu, Uruguai para sua IX Sessão Plenária. O órgão, que completou um ano em 7 de maio, tem como função representar os interesses dos cidadãos de seus Membros. Sua criação resulta do desejo de aprofundamento da integração em termos políticos e sociais e da construção da chamada “cidadania do Mercosul” (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 2, No. 11, 10 set. 2007, disponível em: <http://www.ictsd.org/pont_quinze/07-09-10/art3.htm>).

Na abertura da Sessão, o Chanceler argentino, Jorge Taiana, apresentou o informe da presidência *Pro Tempore* do Mercosul, atualmente exercida pela

Argentina. O ministro relatou as atividades desempenhadas e os resultados alcançados até ali. No que diz respeito às negociações comerciais avançadas pelo bloco, Taiana confirmou a previsão de firmar um Acordo de Preferências entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU, sigla em inglês) em junho, da qual fazem parte África do Sul, Botsuana e Namíbia, entre outros. Além da cooperação entre blocos, está prevista a realização de acordos de comércio com países isoladamente, como no caso da Rússia. Sobre a aproximação com a União Européia, o chanceler espera que os entraves nas negociações sejam superados na V Cúpula ALC-UE, a ser realizada entre 13 e 17 de maio em Lima, Peru.

Além do informe acerca das atividades realizadas pela Presidência do Mercosul, o ministro destacou o processo de aproximação entre o bloco e a sociedade, no qual o Parlasul desempenha papel significativo. Taiana recomendou, ainda, o fortalecimento do Foro Consultivo Econômico e Social e do Foro Consultivo de Governadores e Intendentes. Em referência à necessidade de reduzir as assimetrias entre os Membros do bloco, o chanceler argentino ressaltou a importância de avançar na criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), que destinará US\$ 145 milhões a 18 projetos, desenvolvidos majoritariamente no Paraguai e no Uruguai.

Sobre o aumento nos preços dos alimentos, a relevância do bloco regional foi trazida à tona, na medida em que esse bloco congrega alguns dos maiores exportadores agrícolas do mundo. O chanceler enfatizou a função do Parlamento como órgão que traz em seu bojo os interesses e sensibilidade dos povos e, portanto, âmbito ideal para compartilhar visões e idéias entre sociedade e lideranças políticas, o que dá força ao avanço da integração.

Biocombustíveis em pauta

O parlamentar brasileiro Aloízio Mercadante inseriu o tema dos biocombustíveis na pauta de discussões do encontro e propôs a incorporação de um projeto de declaração de apoio à produção de biocombustíveis, a ser divulgada em nome do bloco. O documento destaca a importância da fonte energética na luta contra o aquecimento global e como estímulo ao desenvolvimento, bem como na geração de emprego e renda. Apesar de reconhecerem a relevância da questão, alguns parlamentares contestaram a proposta por entenderem não refletir a realidade do bloco como um todo. O órgão decidiu remeter o projeto de declaração à Comissão, que ficará encarregada de estudá-lo com maior profundidade.

As próximas atividades do Parlasul estão agendadas para os dias 19 e 20 de maio, quando devem reunir-se também as Comissões do Parlamento.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Parlasul. *PARLASUR realizó su IX Sesión Plenaria*. (02/05/2008). Disponível em:<<http://www.parlamentodelmercosur.org/index1.asp>>. Acesso em: 08 mai. 2008.

Parlasul. *Planteo del Parlamentario Aloizio Mercadante genera debate en el PARLASUR*. (02/05/2008). Disponível em:<<http://www.parlamentodelmercosur.org/index1.asp>>. Acesso em: 08 mai. 2008.

Puentes Quincenal, Vol. 5, No. 9, 06 mai. 2008. *Mercosur: Energía y automóviles. Inversión para Uruguay*. Disponível em:<http://www.ictsd.org/puen_quince/08-05-06/art4.htm>. Acesso em: 06 mai. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:
<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

21 e 23 de maio
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – China

22 de maio
Reunião do Conselho sobre Comércio de Bens

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intltemID=2068>>

15 a 16 de maio

Workshop para a delegação do Lêmen sobre o Sistema Geral de Preferências e Regras de Origem

20 a 26 de maio
XI Sessão do ECOSOC - CSTD

22 de maio
III Reunião de Facilitação Conjunta sobre o Plano de Ação C7 (*e-business* e *e-employment*): *e-commerce* como facilitador-chave para a concorrência entre pequenas e médias empresas (PeMEs)

26 de maio
Reunião do Grupo de Especialistas sobre o manual para a produção de estatísticas sobre a Economia da Informação

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.php>>.

13 a 16 de maio
Reunião do Comitê Técnico Nº 1 sobre Tarifas, Nomenclaturas e Classificação de Mercadorias
Buenos Aires, Argentina

14 de maio
IX Reunião Regional Grupo de Alto Nível Estratégia Mercosul para o Crescimento do Emprego
Buenos Aires, Argentina

16 de maio
Reunião Técnica Mercosul-UE de apoio à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão
Buenos Aires, Argentina

19 a 20 de maio
Reunião do Grupo *Ad Hoc* de Especialistas do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
Montevideu, Uruguai

20 de maio
Reunião de Agências Nacionais de Acreditação do Setor Educativo
Buenos Aires, Argentina

22 de maio
Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre Integração Produtiva
Buenos Aires, Argentina

27 a 30 de maio
IX Reunião Especializada de Agricultura Familiar
Buenos Aires, Argentina

CEPAL

Local: Santiago, Chile

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

22 de maio
Seminário sobre prevenção, gestão e manejo de conflitos para o desenvolvimento industrial sustentável da mineração na Iberoamérica

28 de maio
Seminário sobre sustentabilidade e indicadores urbanos na América Latina e Caribe

Outros Fóruns

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

15 de maio
Seminário sobre o Programa para Avaliação do Estudante Internacional
Cidade do México, México

15 a 16 de maio
Conferência *Aprendendo no século XXI: Pesquisa, inovação e política*
Paris, França

Workshop *Roadmap para Tecnologia de Energia*

16 de maio
Reunião organizada pela Autoridade de Desenvolvimento da Irlanda
Paris, França

17 a 19 de maio
Fórum Econômico Mundial do Oriente Médio
Sharm El Sheikh, Egito

20 de maio
Reunião Plenária do Fórum Mundial da OCDE sobre Desenvolvimento
Paris, França

21 de maio
Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento

Paris, França

Seminário *Abraçando a Globalização no século XXI: um diálogo sobre a abordagem nórdica*

Paris, França

21 a 23 de maio

Conferência *Educação Superior: espaços e lugares para aprendizado, inovação e transferência de tecnologia*

Helsinki, Finlândia

24 a 26 de maio

Reunião de Ministros do Meio Ambiente do G-8
Kobe, Japão

26 de maio

Fórum *África 2008: Medindo Oportunidades*
Tóquio, Japão

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Missão europeia vem ao Brasil discutir carne e etanol

Uma nova Missão da União Europeia (UE) chegou ao Brasil no dia 28 de abril para dar continuidade aos trabalhos de retomada do comércio de carne bovina. A delegação também examinou o mapeamento feito pelo governo brasileiro das áreas autorizadas para a plantação de cana, que tem por objetivo certificar a exclusão de certas áreas de vegetação nativa, como a Amazônia e o Pantanal. A visita coincide com o aumento das críticas sobre o impacto ambiental do uso de biocombustíveis na Europa. Para maiores informações, acesse: http://www.ccmercosul.org.br/versao_bra/index_01.php?menu=13&id_reg=281.

Mercosul e UE lançam programa de apoio à biotecnologia

Com o objetivo de promover o desenvolvimento da biotecnologia, o Mercosul e a União Europeia (UE) lançaram o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Biotecnologia (Biotech). A iniciativa data de 2001, quando os dois blocos assinaram um memorando de entendimento que definiu como prioritária a cooperação científica. De acordo com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o programa foi concebido de forma a incrementar a geração de conhecimento em cadeias produtivas de importância para os países Membros do

Mercosul. O Biotech contará com cerca de 7,3 milhões de euros, dos quais o Mercosul responderá por 1,3 milhão de euros. As áreas escolhidas para a concentração dos recursos foram: carne bovina, carne aviária, florestal e oleaginosas. Para mais informações, acessar: <http://www.mct.gov.br>.

Palestra sobre os 60 anos de Israel

O Laboratório de Estudos da Ásia da Universidade de São Paulo (LEA) realizará a palestra intitulada "Israel, 60 anos: um balanço", que contará com a participação dos professores Peter Demant (História), Paulo Farah (Letras Orientais) e Leonel Itaussu Mello (Ciência Política). O evento ocorrerá em 15 de maio, às 18h30, no Anfiteatro da História da USP em São Paulo.

Órgão de Apelação da OMC disponibiliza documento sobre disputa México-EUA

O Órgão de Apelação da OMC tornou disponível, recentemente, o relatório da disputa entre México e EUA, intitulado "US — Final anti-dumping measures on stainless steel from Mexico" (DS344). O documento pode ser acessado na íntegra em: http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/344abr_e.pdf.

CEM abre seleção para bolsas de pós-doutorado

O Centro de Estudos da Metrópole abriu o processo seletivo para bolsas de pós-doutorado. A incorporação está associada ao desenvolvimento de projeto de pesquisa que dialogue com a investigação do Centro, além da análise de currículo e projeto de pesquisa. Na primeira fase serão aceitos prioritariamente projetos nas áreas de: sociabilidade urbana, políticas públicas, produção do espaço urbano, desigualdades sociais e mobilidade urbana. Os candidatos pré-classificados nessa fase serão submetidos a entrevistas. Para inscrever-se ou obter mais informações, acesse: www.centrodametropole.org.br ou envie e-mail para: centrodametropole@cebrap.org.br.

XIII Encontro Nacional de Economia Política

Estão abertas as inscrições para o XIII Encontro Nacional de Economia Política, que tem como tema "Celso Furtado: diálogos desenvolvimentistas". Organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), o evento ocorrerá entre os dias 20 e 23 de maio em João Pessoa (PB). A programação detalhada, bem como o custo das inscrições podem ser acessados em: <http://www.sep.org.br/pt/programacao.php>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

